

Notícias Sindicais, 13/01/14

Diap, 12/01/14

GM não cede e diz que manterá as demissões em São José dos Campos

Em encontro com representantes dos metalúrgicos de São José dos Campos, na tarde de sexta-feira (10), a General Motors adiantou que não vai rever as demissões feitas na fábrica do interior paulista, admitindo apenas considerar casos de trabalhadores com direito a estabilidade ou em período de pré-aposentadoria. Mesmo assim, fala em 'substituir' os estáveis por outros funcionários na ativa.

"Iremos fazer uma redução no número de postos de trabalho, conforme o número de excedentes que temos na região", disse o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e diretor da GM, Luiz Moan, após reunião realizada na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Antes do encontro, sindicalistas fizeram manifestação diante da SRTE, na região central de São Paulo. Estavam na mesa o superintendente, Luiz Antônio de Medeiros, e o secretário estadual do Emprego e Relações do Trabalho, Tadeu Moraes, ambos ex-dirigentes metalúrgicos.

"Isso é um absurdo, não pode haver mais demissões. Os trabalhadores com alguma estabilidade sequer poderiam ser demitidos", disse o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Luiz Carlos Prates, o Mancha.

A direção da empresa confirma que, somente em dezembro, foram demitidos 687 metalúrgicos. Os dados não incluem os 304 funcionários que aderiram a um plano de demissões voluntárias (PDV). O número de trabalhadores em período de estabilidade ou pré-aposentadoria, entre os dispensados, ainda não foi divulgado.

De acordo com o sindicato da categoria, com a confirmação das demissões em dezembro, o número total de metalúrgicos demitidos em São José dos Campos no ano passado é de 1.690. Até novembro, a unidade estava com aproximadamente 6.200 funcionários.

Na próxima terça-feira (14), às 14h, haverá audiência de conciliação entre as partes no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região, em Campinas. Os representantes sindicais querem a anulação de todas as demissões e abertura de negociações.

A diretoria da empresa afirma que o veículo Classic, fabricado até dezembro no setor de Montagem de Veículos Automotores (MVA) em São José, continuará sendo feito em pequena escala nas fábricas de São Caetano do Sul, na região do ABC paulista, e de Rosário, na Argentina. (Fonte: *Rede Brasil Atual*)

Diap, 13/01/14

INSS: teto do Regime Geral da Previdência sobe para R\$ 4,39 mil

O governo deve publicar ainda nesta semana a portaria que reajusta os benefícios pagos aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que ganham acima de um salário mínimo. A correção deste ano será de 5,56%, o mesmo percentual de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2013. Com isso, o teto dos benefícios da Previdência subirá para R\$ 4.390,24 mensais — um incremento de R\$ 231,24 sobre o valor máximo recebido até 2013, de R\$ 4.159.

Os valores já foram definidos pelo governo e devem constar de um ato conjunto assinado pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Previdência Social, Garibaldi Alves. A correção vai beneficiar 9,5 milhões de brasileiros. O impacto estimado nas contas do INSS é de R\$ 8,7 bilhões, apenas meio bilhão de reais a menos que o gasto do governo com o reajuste do salário mínimo para 2014, previsto em R\$ 9,2 bilhões, beneficiando 20,8 milhões de aposentados e pensionistas que recebem o piso nacional de R\$ 724.

Em tese, essa conta poderia crescer um pouco mais, tendo em vista que o governo, para definir o piso salarial, usou uma estimativa de inflação de 5,54%. O número ficou ligeiramente menor do que a variação registrada pelo INPC em 2013, de 5,56%. Quando estabeleceu o valor do novo mínimo, no entanto, a equipe econômica arredondou a conta para cima, o que já incorporou a diferença estatística entre o índice previsto e o efetivo.

Distorção

Para o especialista em Previdência José Roberto Savoia, professor da Universidade de São Paulo (USP), é importante repensar todo o modelo de pagamento de benefícios aos aposentados e pensionistas do (INSS).

"A política de valorização do salário mínimo atingiu apenas uma parcela da população. Enquanto isso, os benefícios a quem ganha acima do piso nacional foram sendo corrigidos pela inflação. Se essa política for mantida sempre, em alguns anos nós teríamos apenas um salário pago

pela Previdência, porque todos ganhariam apenas o mínimo, sem distinção do quanto cada um contribuiu ao longo do tempo”, afirma.

Essa estratégia, a longo prazo, traz distorções, alerta o professor. Uma pessoa que tinha um padrão de renda equivalente a três ou quatro salários mínimos, ao se aposentar, passará a ganhar metade disso. “Ela vai perceber que ficou mais pobre, pois contribuiu para ter direito a um valor mais alto do que, efetivamente, passará a receber”, explica.

Tabela

A tabela de contribuição de empregados formais e trabalhadores domésticos ao INSS para 2014 também foi ajustada. Quem ganha até R\$ 1.317,07 por mês terá de recolher 8% do salário ao governo.

Trabalhadores com rendas entre R\$ 1.317,08 e R\$ 2.195,12 pagarão 9% à Previdência. A última faixa de recolhimento, de 11%, vale para rendimentos entre R\$ 2.195,13 e R\$ 4.390,24. Mesmo quem recebe mais do que isso contribui pela alíquota máxima de 11%. (Fonte: *Estadão*)

Diap, 13/0/14

Julgamento de temas econômicos é prioridade do STF no início de 2014

Pelo menos três temas importantes da área econômica devem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no primeiro semestre de 2014: a validade dos índices de correção da poupança durante os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990; a definição sobre como será o pagamento de precatórios pelos órgãos públicos aos credores; e a validade da desaposentação (ato de renúncia ao atual benefício previdenciário para obter um novo em condições mais favoráveis).

O presidente do Supremo, ministro Joaquim Barbosa, responsável pela elaboração da pauta de julgamento, considera que os três assuntos são "prioridade" no tribunal e devem ser avaliados ainda no primeiro semestre.

Em fevereiro, após o recesso de fim de ano, o Supremo deve abrir os trabalhos com o julgamento das ações que questionam perdas na caderneta de poupança decorrentes dos planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991). O julgamento começou em novembro (veja no vídeo acima), com as sustentações orais das partes.

Criados na tentativa de conter a hiperinflação, os planos alteraram o cálculo da correção monetária dos saldos da poupança.

Quase 400 mil processos sobre planos econômicos estão com a tramitação suspensa em diversos tribunais, desde 2010, à espera de uma decisão do STF. Os autores das ações argumentam que tiveram perdas e querem receber os valores corrigidos com base na inflação.

Se o tribunal entender que o percentual utilizado pelos planos foi correto, muitos poupadores não terão direito a receber nada. Nesse caso, o STF poderá avaliar o que fazer com quem já recebeu dinheiro dos bancos por decisão de outros tribunais.

Na hipótese de o Supremo considerar o índice utilizado irregular, deverá estipular como será feito o pagamento da correção dos saldos da poupança. O governo federal aponta "riscos" ao sistema financeiro e prevê retração no crédito caso os poupadores sejam beneficiados.

Precatórios

O Supremo também vai avaliar como ficará o pagamento das dívidas com precatórios – títulos que o governo emite para pagar quem ganha na Justiça processos contra o poder público. O dinheiro é repassado aos tribunais de Justiça, que liberam os valores aos credores.

Em março de 2013, o Supremo considerou ilegal a regra prevista em emenda constitucional que permitiu o parcelamento dos precatórios em até 15 anos e o pagamento da correção monetária com base na caderneta de poupança (veja no vídeo ao lado). Agora, o tribunal vai decidir como será feito o pagamento.

O único ministro que já votou nesse caso, Luiz Fux, se manifestou pela quitação das dívidas em um prazo de até cinco anos e também pela adoção de índices de correção da inflação para precatórios a partir de 2009, quando entrou em vigor a emenda constitucional. Até uma decisão final, os pagamentos podem ser feitos com base nas regras anteriores, embora tenham sido consideradas inconstitucionais.

Desaposentação

O Supremo deve julgar também se é válida a chamada "desaposentação" – o ato de renunciar na Justiça ao atual benefício de aposentadoria para obter um novo em condições mais favoráveis.

Na prática, essa modalidade é utilizada por quem continuou trabalhando ou trabalhou por algum tempo depois de aposentado.

Ao fazer as contas anos depois, a pessoa percebe que seu benefício seria superior se fossem consideradas as condições atuais. Como, uma vez aposentado, não é possível pedir uma revisão ao próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), esses beneficiários optam por ir à Justiça.

O principal argumento das ações sobre o tema que tramitam na Justiça é o de que é injusto que os beneficiários que continuam trabalhando não tenham como reaver as contribuições feitas após a aposentadoria.

O governo federal diz que a legislação não permite a prática por ser "irreversível e irrenunciável [a aposentadoria] a partir do recebimento da primeira parcela".

Outros temas relevantes para 2014

O Supremo deve analisar também no primeiro semestre de 2014 a ação que pede a liberação da publicação de biografias não autorizadas, informou o presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, antes do fim do recesso do Judiciário.

Músicos e compositores, entre eles Caetano Veloso e Chico Buarque, defenderam a proibição da venda de biografias não autorizadas pelos biografados ou por suas famílias, em caso de morte. O caso será decidido pelo Supremo durante o julgamento de ação proposta pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel).

No processo, a associação afirma que a atual restrição imposta aos editores é incompatível com a liberdade de expressão e de informação. Os autores da ação pedem que o Supremo declare que não é necessário o consentimento do biografado para que o livro seja publicado.

Joaquim Barbosa também destacou que será concluído o julgamento da ação que pede o fim das doações de empresas a campanhas eleitorais.

Quatro ministros já consideraram inconstitucionais regras que permitem o financiamento de candidatos e partidos por pessoas jurídicas. (Fonte: G1)

Portal da CUT

CUT publica manual de registro sindical da nova Portaria 326

10/01/2014

Além de orientar sobre o pedido de registro no MTE com base nas novas regras, o manual ensina como fazer alteração estatutária e atualização sindical

Escrito por: Tatiana Melim

A CUT lançou o "Manual de Registro Sindical e Alteração Estatutária" e a "Cartilha sobre Atualização Sindical" para auxiliar os sindicatos no processo de registro e atualização sindical a partir das novas regras da Portaria 326.

Publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2013, a nova Portaria alterou os procedimentos para solicitação de pedido de registro e alteração estatutária de sindicatos. Essa mudança exige das entidades sindicais cutistas uma adaptação e atenção aos novos procedimentos ao solicitar o reconhecimento da entidade ou fazer alterações no MTE.

Para Jacy Afonso, secretário de Organização, é responsabilidade da CUT orientar e atualizar suas entidades sobre a legislação vigente. "E esses materiais foram produzidos justamente com esse objetivo", completou.

De acordo com o secretário, as entidades já podem acessar a versão digital disponível no site da CUT. Além desse formato, será distribuída a versão impressa.

Entidades de 2º grau– A nova Portaria 326 vale somente para sindicatos. Para a criação de federações ou confederações, que são entidades sindicais de 2º grau, continua valendo a Portaria 186/08. Entretanto, é imprescindível o conhecimento das novas regras por parte das federações e confederações cutistas para que auxiliem os sindicatos filiados.

Em caso de dúvidas ou para maiores informações, entre em contato com a Secretaria de Organização pelos e-mails registrosindical@cut.org.br ou sno@cut.org.br.

Portal da CUT

FUP: Trabalhadores à beira de uma tragédia anunciada

10/01/2014

Só na primeira semana de janeiro, cinco acidentes foram registrados; saldo até o momento é de dois trabalhadores mortos e quatro gravemente feridos

Escrito por: FUP

Após os consecutivos acidentes em refinarias que marcaram os últimos meses de 2013, novas ocorrências graves voltam a colocar em xeque a segurança dos trabalhadores do Sistema Petrobrás.

Só na primeira semana de janeiro, cinco acidentes foram registrados na Reduc, Regap, Refap, Comperj e em uma sonda de perfuração do Campo de Jubarte (SS-86), no Espírito Santo. O saldo até o momento é de dois trabalhadores mortos e quatro gravemente feridos. O número de vítimas só não foi maior porque os petroleiros agiram rápido e com competência no controle de três grandes incêndios nas refinarias de Duque de Caxias e de Minas Gerais.

Há menos de duas semanas, um incêndio de grandes proporções na plataforma P-20, no último dia 26, na Bacia de Campos, feriu dois trabalhadores. Toda a equipe que estava a bordo (203 pessoas) reviveu os momentos de terror que marcaram as explosões na P-36, em março de 2001, quando 11 petroleiros morreram. O risco cada vez maior a que são expostos os trabalhadores do Sistema Petrobrás se intensificou com os cortes de investimentos em manutenção, efetivos reduzidos e metas de produção que relegam a segundo plano a segurança operacional.

Nesta sexta-feira (10), o Sindipetro Duque de Caxias realizará um grande ato em frente à refinaria, em protesto contra a insegurança.

Na Bacia de Campos, o sindicato também orientou os trabalhadores a relatarem detalhadamente pendências relativas à segurança, bem como ocorrências graves e de risco iminente. No dia 20 de dezembro, os petroleiros atenderam ao indicativo da FUP e realizaram uma mobilização nacional em Defesa da Vida, contra o Procop e por mudanças estruturais na gestão financeira da empresa e no SMS. Nesse mesmo dia, o Conselho de Administração da Petrobrás pela primeira vez discutiu a insegurança, tema pautado pelo conselheiro eleito, José Maria Rangel. Os gestores, no entanto, continuam endossando a velha tática de tentar minimizar os acidentes, apresentando uma empresa que nos relatórios e telas de computador nada tem a ver com a realidade cruel que vivem os trabalhadores nas áreas operacionais.

Um acidente após o outro

Os meses de novembro e dezembro foram marcados por acidentes e ocorrências graves em pelo menos sete refinarias, refletindo a insegurança crônica que se alastrou por todo o Sistema Petrobrás, apesar dos constantes alertas e cobranças do movimento sindical por mudanças estruturais no SMS.

Na Repar, uma explosão no final de novembro, na Unidade de Destilação, interrompeu a produção da refinaria por 26 dias. Foi preciso uma greve para que os gestores respondessem as cobranças dos trabalhadores para garantir a segurança operacional da Repar.

No dia primeiro de dezembro, uma explosão da Reman deixou quatro trabalhadores gravemente feridos e dois deles ficaram semanas internados, em estado grave. Na Rlam, três ocorrências graves nos dias 12, 13 e 28 de dezembro causaram queimaduras e ferimentos em pelo menos quatro trabalhadores.

Mortes na SS-86 e no Comperj

Um trabalhador britânico de 36 anos perdeu a vida em um acidente ocorrido no último dia 06 na sonda de perfuração SS-86, no Campo de Jubarte, no Espírito Santo. A sonda é operada pela Sevan Brasil, que presta serviços para a Petrobrás. Segundo informações preliminares, o acidente foi durante a operação do poço 8-JUB-46D-ESS, quando dois técnicos realizavam a manutenção do elevador. A equipe de resgate foi mobilizada, mas o operário já estava morto.

Nesse mesmo dia (06/01), outro trabalhador que prestava serviços para a Petrobrás morreu em um grave acidente de trajeto, ocorrido em uma via de acesso ao Comperj, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Dois ônibus contratados pela empresa para transportar os trabalhadores do Complexo Petroquímico se chocaram de frente, em uma estrada que foi aberta pela própria Petrobrás para interligar a rodovia RJ-116 ao Comperj. O acidente deixou outros 23 trabalhadores feridos, sendo que três em estado grave, correndo risco de morte.

Explosões na Reduc e fogo na Regap

No último dia 04, dois incêndios deixaram em alerta os trabalhadores da Reduc e da Regap. Em Duque de Caxias, o acidente só não se transformou em tragédia em função da ação imediata dos trabalhadores. A Unidade de Coque da Reduc pegou fogo após a gerência ter aumentado em 20% a carga da produção. Operadores, técnicos de segurança e brigadistas reagiram com eficiência e destreza e conseguiram debelar o incêndio, que paralisou a unidade. Os petroleiros da refinaria já haviam sofrido outros acidentes graves nos dias 27 (incêndio no laboratório) e 01 de dezembro e 24 de novembro (explosões de compressores).

Na Regap, um incêndio durante teste de compressor também assustou os trabalhadores, causando um "flasheamento", que durou cerca de 15 minutos. A brigada de combate a emergência foi acionada e o fogo debelado pelos operadores. No ano passado, várias ocorrências foram denunciadas pelo Sindipetro, que tem alertado à gerência da Regap para os riscos desnecessários a que os trabalhadores são expostos para cumprirem as metas de produção com efetivos reduzidos e sem as devidas manutenções de equipamentos.

Trabalhador cai em tanque da Refap

Um trabalhador Engecampo, que prestava serviços para a Refap, está gravemente ferido, internado com politraumatismos, após cair de uma altura de dez metros, dentro de um tanque da refinaria, que passava por manutenções. O acidente foi no dia 03 de janeiro, quando o operário desmontava um andaime, sem o talabarte do cinto de segurança conectado à estrutura.

Incêndio paralisa a P-20 e trabalhadores revivem P-36 e Enchova

Os trabalhadores da plataforma P-20, no Campo de Marlim, na Bacia de Campos viveram momentos de terror no dia seguinte ao Natal. Um incêndio de grandes proporções em uma área do convés principal levou horas para ser controlado. Dois trabalhadores terceirizados ficaram feridos: um por inalação da fumaça e outro com uma torção no tornozelo. Apesar da gravidade do incêndio que consumiu boa parte dos equipamentos da plataforma, a primeira iniciativa da Petrobrás foi tentar minimizar o que chamou de "incidente".

O incêndio foi tão violento, que para ser debelado precisou da ação conjunta da brigada, da rede de dilúvio e de dois navios especiais para combate a chamas. Segundo o Sindipetro-NF, será preciso pelo menos quatro meses para a plataforma voltar a produzir com segurança. No entanto, já há indícios de que a Petrobrás está trabalhando para reduzir esse tempo pela metade.

No último dia 04, o diretor da FUP e coordenador da Sindipetro-NF, José Maria Rangel, embarcou na plataforma para participar da reunião da CIPA e se deparou com um cenário que lhe fez lembrar outra grande tragédia da indústria petrolífera brasileira: os acidentes com as plataformas P-36, em 2001, com 11 mortos, e Enchova, em 1984, que fez 37 vítimas. "Vi trabalhadores abalados e assustados, porém orgulhosos de terem cumprido o seu dever de naquele momento salvar vidas, foram companheiros na essência da palavra", relatou.

"É incrível a resistência da Petrobrás em admitir que sua gestão de SMS só está gerando mais insegurança. Quando é que a empresa vai enxergar que os trabalhadores precisam e devem ser ouvidos na elaboração e execução de qualquer política de segurança?", questiona Zé Maria.

O Sindipetro-NF denunciou as condições inseguranças da P-20 e de outras duas plataformas à Superintendência Regional do Trabalho para que faça inspeções e fiscalizações nas unidades. São elas a P-62, que saiu do estaleiro de Pernambuco para Bacia de Campos sem ter passado por testes importantes em equipamentos de combate a incêndio; a P-55, que tem trabalhadores transportados diariamente em cestas por falta de vagas na plataforma; além da P-20, que sofreu o grave incêndio no dia 26 de dezembro.

Portal da CTB

Dirigentes da Contag e da CTB debatem a organização sindical no país

Parte da Direção Nacional da CTB recebeu em sua sede, em São Paulo, nesta sexta-feira (10), alguns dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Durante a visita, os diretores das duas entidades debateram a organização sindical no Brasil e algumas de suas principais atividades para o ano de 2014.

Pela CTB, participaram do encontro o presidente Adilson Araújo, o secretário geral Wagner Gomes, a secretária geral adjunta Kátia Gaivotto, o vice-presidente Nivaldo Santana, o secretário de Políticas Agrícola e Agrária, Sergio de Miranda, o secretário de Aposentados e Previdência, Pascoal Carneiro, o secretário de Finanças, Vilson Luiz, o secretário de Políticas Sociais, Carlos Rogério Nunes, e o secretário executivo Eduardo Navarro.

A comitiva da Contag foi encabeçada por seu presidente, Alberto Broch, que veio acompanhado de Juraci Dantas, secretário de Formação e Organização Sindical, de Lúcia Moura, secretária de Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade (e também vice-presidente da CTB) e de Antoninho Rovaris, secretário de Meio Ambiente tanto da Contag quanto da CTB.

Jornal do Brasil, 13/01/14

Campo de Libra exigirá a construção de novos petroleiros

A intensificação das operações de exploração e produção de petróleo na área do pré-sal da Bacia de Santos, principalmente com o início das atividades no Campo de Libra, levará a Transpetro - o braço logístico da Petrobras - a lançar uma terceira fase do Programa de Modernização da Frota de Petroleiros da Petroleiros (Promef 3).

A informação é do presidente da Transpetro, Sérgio Machado, ao fazer um balanço do andamento do programa em entrevista à Agência Brasil. "Com a intensificação da produção a partir do pré-sal nós vamos precisar de mais petroleiros. E, com esta necessidade, certamente vai acontecer o Promef 3", disse.

Machado ressaltou que somente para o desenvolvimento da produção do Campo de Libra, que integra a sessão onerosa de capitalização da Petrobras, licitado no final do ano passado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), será necessária a construção entre 12 e 18 plataformas de petróleo e de cerca de 60 barcos de apoio.

"Para transportar todo esse petróleo que essas plataformas produzirão, há a necessidade de mais petroleiros. Um país que sai de uma produção de 2 milhões para 6 milhões de barris por dia vai certamente precisar de muito mais petroleiros", destacou Machado.

O presidente da Transpetro ressaltou o fato de a maior parte da produção de petróleo no país ser em alto-mar, o que exige todo um trabalho de logística para escoar o óleo, fazer com que ele chegue aos pontos de refino, ou mesmo a outros países – no caso do excedente ser exportado.

“Nós precisaremos cada vez de mais navios para transportar esse petróleo”, disse o presidente da Transpetro. Ele ressaltou que a subsidiária ainda não tem definição sobre o assunto e muito menos data determinada para a sua implementação.

“Não há data marcada para o lançamento [de um novo Promef], o que se tem é a certeza da necessidade de se dar continuidade ao programa e de ampliação e desenvolvimento da indústria naval brasileira”, admitiu Sérgio Machado.

Jornal do Brasil, 13/01/14

Quatro novos estaleiros devem gerar 30 mil novos empregos na indústria naval

A indústria naval brasileira deverá gerar 30 mil novos empregos nos próximos dois anos. A projeção é do Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval). Atualmente, o setor emprega em torno de 78 mil pessoas nos estaleiros. Nos próximos dois anos, outros quatro estaleiros entrarão em operação: Jurong Aracruz (ES); Enseada (BA); EBR (RS); e CMO (PE), o que aumentará a oferta de mão de obra.

Em entrevista à Agência Brasil, o presidente do Sinaval, Ariovaldo Rocha, disse que o setor prevê para os próximos dez anos “uma demanda firme e continuada por navios e plataformas de petróleo” no país. Segundo ele, o Sinaval aguarda a divulgação do Plano de Negócios da Petrobras 2014-2018 que, em sua opinião, deverá “trazer uma nova perspectiva de encomendas de plataformas em função do leilão do Campo de Libra, feito no ano passado, pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“As reservas existentes no Campo de Libra devem provocar uma revisão para cima das previsões de demanda de plataformas, de navios de apoio marítimo e de navios petroleiros”, disse Ariovaldo Rocha.

Para o presidente do Sinaval, a fase atual de expansão da construção naval brasileira decorre da decisão política do governo brasileiro de que as reservas offshore de petróleo descobertas no país deveriam reverter em benefício à sociedade, com a geração de emprego e o desenvolvimento de um novo setor produtivo.

Aliado a isso, houve, segundo o Sinaval, o reconhecimento da Petrobras que a exploração de petróleo em águas cada vez mais profundas criava a demanda por navios de apoio e de plataformas com nova tecnologia.

“Como os estaleiros internacionais estavam com dificuldades para atender novas demandas e a frota de petroleiros da companhia para o transporte de petróleo e derivados era composta por navios com idade acima de 20 anos de uso, houve o entendimento que era necessário renová-la”, ressaltou o presidente do Sinaval.

Apesar dos avanços, Rocha avalia que a construção naval brasileira ainda é “modesta” no cenário mundial. “Estamos construindo cerca de 370 navios, incluindo 14 plataformas de petróleo e 28 navios-sonda. Estão em construção, no Brasil, cerca de 6 milhões de toneladas de porte bruto. No mundo, estão em construção mais de 140 milhões de toneladas de porte bruto, em 4.800 empreendimentos”.

Para ele, o projeto do governo é muito claro: utilizar a capacidade de compra, decorrente dos investimentos na expansão da produção de petróleo e gás, para criar um novo segmento industrial capaz de gerar empregos, formar pessoal e distribuir renda na rede de fornecedores.

“Para isso, [o governo] implantou a regra do conteúdo local, que prevê a substituição competitiva das importações de sistemas e equipamentos, fortalecendo empresas locais e atraindo empresas internacionais para investir no Brasil e construir aqui suas unidades industriais”, disse o presidente do Sinaval.

Organizado por Ernesto Germano